



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/09/2024 a 30/09/2024

Assunto: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/3

165.2024	Sessão Ordinária - CD	09/09/2024-19:28
Publ.: DCD - 9/10/2024 -	Professora Luciene Cavalcante-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada pediu o descongelamento de 583 dias de progressão de carreira dos servidores públicos. Informou que esses profissionais desempenharam papel essencial no enfrentamento da crise, garantindo serviços fundamentais, muitas vezes com recursos próprios. Portanto, defendeu o Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2023, que altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para contagem do tempo de período aquisitivo de anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes, durante período de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Só a luta organizada e coletiva muda a vida.

Hoje, Sr. Presidente, nós protocolamos um requerimento de urgência, o Requerimento nº 3.489, de 2024. Esse requerimento sinaliza a maior pauta do conjunto de todos servidores públicos do nosso País. Falo do descongelamento dos nossos 583 dias, ou mais, que nos foram roubados durante a pandemia pelo efeito da Lei Complementar nº 173, de 2020. Ela retirou quase 2 anos da vida de trabalho de todos os servidores públicos deste País que fizeram o enfrentamento da pandemia, que implementaram as políticas essenciais, que estiveram, lado a lado, com a população, na saúde, na assistência social, na segurança pública, na educação, no Judiciário, em todos os setores, no momento mais difícil da nossa história recente. Esses servidores, inclusive, utilizaram recursos próprios, compraram EPIs, utilizaram a sua Internet, todos os meios possíveis para que a população tivesse os seus direitos fundamentais garantidos. Esses 583 dias nos foram roubados, e isso precisa ser revisto por esta Casa.

Por isso, demonstrando que defesa de serviço público é política de Estado, é defender a democracia, nós protocolamos o Requerimento nº 3.489, com vários autores, que o assinam junto conosco, do Solidariedade, PDT, PSD, Avante,



União, PP, PT, PSOL, entre outros partidos. Mais de 260 Deputados estão dizendo que nós precisamos pautar o projeto do "Descongela Já!", que vai trazer essa dignidade, essa justiça aos servidores. Aqui, não se trata de dizer que nós estamos querendo aumento salarial, o que é muito justo e também lutamos por isso, ou que queremos avançar nas nossas carreiras, que também é justo. Nós estamos falando de segurança jurídica, nós estamos falando de carreiras que já existiam e que foram paralisadas e usurpadas durante o período da pandemia. Precisamos fazer essa revisão histórica, com justiça, dando dignidade aos trabalhadores, às pessoas que realizam as políticas essenciais.

Então, nesse movimento muito forte, juntos, articulados com a Senadora Professora Dorinha, nós fazemos este apelo. Peço a todo mundo que está nos assistindo e a todos os colegas Deputados e Deputadas que estão nos ouvindo neste momento que façam essa movimentação, que entrem em contato com os Líderes de partido, para que possamos votar, aqui neste plenário, na Casa do Povo, essa justiça ao conjunto dos nossos servidores, descongelando nossos 583 dias, dando dignidade a todos os servidores públicos do Brasil inteiro.

Ainda pedimos, além do descongelamento, apoio ao nosso Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2023, que garante a autorização do pagamento retroativo.

Então, peço aqui, mais uma vez, o apoio de todos os Deputados e Deputadas e a mobilização. O momento agora é de mobilização e diálogo com todos os Deputados e Deputadas para que as proposições entrem em pauta, dada a urgência que essa situação requer.

Presidente, peço, por favor, que este pronunciamento seja veiculado no programa *A Voz do Brasil* e em todos os canais de comunicação, para que o povo brasileiro também participe dessa discussão e possa fazer justiça àqueles que estavam lado a lado no momento mais difícil que atravessamos da nossa história recente.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 2/3

166.2024

Sessão Ordinária - CD

10/09/2024-15:00

Publ.: DCD - 9/11/2024 - Carlos Zarattini-PT -SP

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado anunciou a presença de Claudete Alves e Joélia, do Sindicato dos Educadores da Infância, que pediram a votação urgente do Projeto de Lei Complementar nº 145, de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), congelando a



evolução na carreira dos funcionários públicos durante a pandemia. Destacou a importância de reparar essa injustiça, especialmente para os trabalhadores da educação que acompanharam as aulas durante o período crítico.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Queria anunciar que temos hoje aqui a presença da Claudete Alves e da Joélia, que são do Sindicato dos Educadores da Infância — SEDIN, um sindicato muito importante que trabalha com os funcionários e as funcionárias dos centros de educação infantil. Elas vieram aqui justamente para reivindicar desta Casa que o Projeto de Lei Complementar nº 145, de 2020, que trata do congelamento da evolução na carreira dos funcionários públicos durante a pandemia, seja votado.

Já está aí na mesa o requerimento de urgência. Queríamos solicitar que ele seja colocado em votação o mais rapidamente possível, para que possamos reparar essa injustiça com os funcionários públicos, em especial com aqueles da educação, que permaneceram todo o tempo dando aula durante a pandemia.

Então, solicitamos que seja colocado em votação o PLP 145/20.

Parabenizamos o trabalho do SEDIN, que tem sido mobilizador em torno dessa causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 3/3

171.2024	Sessão Ordinária - CD	25/09/2024-11:38
Publ.: DCD - 9/26/2024 -	Maurício Prudente--- ---	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O médico cardiologista discursou na Sessão Solene em homenagem ao mês Setembro Vermelho para debater sobre a insuficiência cardíaca. Destacou a gravidade das doenças cardiovasculares no Brasil, que matam 400 mil pessoas anualmente, superando, segundo ele, até a COVID-19. Alertou para o aumento das doenças cardíacas estruturais devido ao envelhecimento da população e criticou a exclusão de pacientes de 65 a 75 anos de certos tratamentos no Brasil. Ressaltou a importância de melhorar o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo acesso precoce a cuidados de saúde, o que reduziria custos e salvaria vidas, especialmente com o aumento da população idosa.



O SR. MAURÍCIO PRUDENTE - O Dr. Zacharias já começa me emocionando.

Eu já estou emocionado de falar no plenário da Câmara dos Deputados, e você ainda me sensibiliza com essas palavras. Mas eu vou aproveitar o gancho.

Meus nobres Deputados e Deputadas e demais cidadãos brasileiros que nos ouvem, em 1990, quando eu era estudante de medicina e estava perto de me formar, em escola pública, na Universidade Federal de Uberlândia, meu pai me chamou para acompanhá-lo em um serviço. Nesse dia, quem estava operando era o Dr. Zacharias Calil. Meu pai anestesiava uma criança, era uma urgência; eu, de férias, fui lá e ajudei. O Dr. Zacharias falou assim: "*Entra em campo aí, vem me ajudar*". Eu, extremamente feliz de participar, fui lá, e ele foi me ensinando o que eu deveria fazer ali naquele momento: segurar a pinça, afastar, cortar ponta, etc. Enfim, foi tudo um sucesso. Depois ele me falou assim: "*Eu te deixo em casa*". Pensei: "*Ótimo! Obrigado. Já ganhei uma carona*". Quando eu cheguei à minha casa, O Dr. Zacharias pagou o meu primeiro honorário como quase médico da vida.

Por que eu trouxe isso aqui hoje? Para dizer a vocês o quanto isso representa a grandeza e a generosidade do Dr. Zacharias Calil e, mais do que isso, o quanto ele foi inspirador para mim, o que também deve ter sido para inúmeros outros — espero que eles estejam nos ouvindo hoje.

Obrigado, Dr. Zacharias. Em seu nome, respeitando a ética da brevidade, eu cumprimento o restante da Mesa.

Eu não quero ser repetitivo. Eu havia preparado algumas palavras e, enquanto eu ouvia os colegas que me antecederam, já mudei muita coisa aqui. Mas eu quero tentar ilustrar um pouco do que foi dito.

Como foi dito aqui, em termos de números no Brasil, entre o começo e o fim desta sessão, o correspondente a aproximadamente um terço das pessoas neste plenário terá morrido de doença cardiovascular. Talvez, isto consiga nos impactar: olhar para estas cadeiras e imaginar que, no período entre 1 e 2 horas, um terço destas cadeiras estaria esvaziado por doenças cardiovasculares — refiro-me ao que ocorre no Brasil.

Há outra comparação que dá noção do tamanho da importância do tema. A pandemia da COVID-19 matou, no Brasil, nos 2 anos mais críticos, 2020 e 2021, aproximadamente 600 mil pessoas. E as doenças cardiovasculares, em 1 ano, matam 400 mil pessoas. Isso é muito impactante, acontece há muitos anos, continua acontecendo e deve continuar acontecendo. E por que isso não nos causa a comoção que causou a pandemia da COVID-19? Esta é uma pergunta a ser feita.

Eu queria trazer outro dado aqui. Muito foi dito sobre o infarto, mas existem outras condições que se enquadram nas cardiopatias estruturais. O Dr.



Zacharias Calil as mencionou rapidamente. De uma maneira bem simples, falo daquelas condições patológicas cardíacas que não têm a ver com as coronárias, com o infarto ou com a angina, mas crescem numa velocidade brutal. E por que isso? Porque elas estão extremamente relacionadas ao envelhecimento da população.

Nós sabemos hoje que, nos próximos 25 ou 30 anos, o Brasil terá o mesmo número de idosos que tem hoje o Japão, um país conhecido e admirado pela longevidade e saúde dos seus habitantes. Aqui, eu faço alguns questionamentos a esta Casa, aos brasileiros e a nós da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Nós estamos nos preparando para esse envelhecimento? Existem ações sendo desenvolvidas hoje que vão repercutir daqui a 25 anos, 30 anos?

Há mais um detalhe. Às vezes, nós ouvimos o que eu falei e pensamos que isso é um problema dos idosos. Eu diria, olhando para esta Mesa jovem que está aqui, na qual eu me incluo, que nós estamos falando de nós mesmos, já que, daqui a 25 anos, 30 anos, nós seremos esses idosos. Vejam a importância disso.

Ao tratar dessas cardiopatias estruturais, o Dr. Zacharias Calil citou a Dinamarca. Este país intervém, hoje, em estenose aórtica, talvez a principal delas, uma doença que incapacita e mata 5% da população acima dos 65 anos de idade. Na Dinamarca, 67% da população acima dessa idade tem acesso ao procedimento de TAVI, que é um tratamento da estenose aórtica por cateter. Este tratamento, em maio de 2024, foi incluído no Sistema Único de Saúde brasileiro, com, entretanto, a recomendação — e isso vale inclusive para a saúde suplementar — de que seja disponibilizado a pacientes acima dos 75 anos de idade. Então, a Dinamarca trata 67% da população acima dos 65 anos de idade; os Estados Unidos, 88%; e o Brasil excluiu os idosos entre 65 e 75 anos. Por que isso? Não existe uma explicação.

O Dr. Zacharias Calil também mencionou muito bem a questão econômica. Então, vamos falar um pouco de matemática. Por que nós brasileiros — dirigentes, gestores, políticos —, que somos conhecidos e admirados no mundo inteiro por fazer cálculos econômicos, herança do nosso tempo de inflação, não fazemos cálculo relativo à doença cardiovascular? Calculamos quanto custa o procedimento individual de uma pessoa em uma internação, mas, como foi dito pelo colega que iniciou a nossa sessão, quanto o João custou para o País, sem falar da sua morte precoce? Quanto custa para a Previdência você "encostar", usando um termo da nossa população, um paciente por falta de tratamento precoce?

Nesta Casa, quando o nobre Deputado Ulysses Guimarães, que dá nome a este plenário, em 1988, aprovou, juntamente com os colegas, a lei do Sistema Único de Saúde, existia uma ideia de que essa política deveria ser inclusiva — a ideia existe, isso está escrito. E por que nós estamos excluindo esses pacientes? Fica essa reflexão.

Eu acho que um papel importante do Setembro Vermelho é trazer essa conscientização e nos provocar à ação. Daqui a pouco é outubro, mudará o mês



e a cor, e nós nos esqueceremos do coração até o ano que vem. O que nós vamos fazer?

Então, fica esse recado. Espero ter contribuído.

Lembro ainda que o SUS foi inspirado no NHS, um sistema de saúde inglês, britânico, do Reino Unido. Hoje, o nosso SUS é considerado o melhor modelo de saúde do mundo, mas precisamos aperfeiçoá-lo e precisamos adequá-lo à mudança dos tempos, ao envelhecimento da população.

Devemos fazer conta que considere além do que se paga pelo procedimento em si. Como o Dr. Zacharias falou, a questão não é o custo de um ecocardiograma. Nós precisamos garantir à população acesso. Dos brasileiros, 75% dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde.

O Brasil arrecada percentualmente o mesmo que o Reino Unido. Entretanto, percentualmente, gasta menos da metade do que gasta o Reino Unido. Gastamos um pouco mais do que a Índia e precisamos escolher qual modelo queremos para nós mesmos, lembrando que, daqui a 20, 30 anos, nós seremos os idosos e vamos precisar de acesso a tratamentos na saúde suplementar e, principalmente, na saúde pública, no Sistema Único de Saúde.

Eu encerraria do mesmo modo como começou o Dr. Zacharias Calil, citando a Bíblia, Provérbios 4: "*Em tudo, guardai o vosso coração*".

Muito obrigado.
